
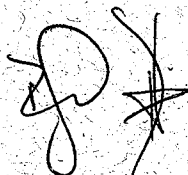


1 Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dezessete horas e  
2 trinta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de  
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", edifício Via Office, térreo, sala cento e  
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima primeira sessão plenária do décimo  
5 sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes Ana Sandra  
6 Fernandes, Arcoverde Nóbrega; Célia Zenaide da Silva; Cleia Oliveira Cunha; Daniela  
7 Sacramento Zanini; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Fabián Javier Marin Rueda; Iolete  
8 Ribeiro da Silva; Júnia Maria Campos Lara; Jureuda Duarte Guerra; Maria Márcia Badaró  
9 Bandeira; Marisa Helena Alves; Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa; Norma Celiane  
10 Cosmo; Paulo Roberto Martins Maldos; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho; Regina Lúcia  
11 Sucupira Pedroza; Rogério Giannini; Rosane Lorena Granzotto; Sandra Elena Sposito.  
12 INFORMES: 1. USO DO FLUIR PELA GRI: Daniel Arruda apresentou um software  
13 chamado FLUIR - Formulário Unificado de Informes sobre Representações, adotado pela  
14 Gerência de Relações Institucionais - GRI, que auxiliará a dinâmica de representações do  
15 CFP nos diversos fóruns, reuniões, câmaras, entre outros. O representante do CFP receberá  
16 um e-mail antes da reunião que precisa ir, para preencher formulário após o evento,  
17 informando sobre os principais encaminhamentos da representação feita. 2. FÓRUM  
18 NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL - Regina Lúcia Sucupira  
19 Pedroza informou que o fórum se reúne uma vez por mês. Explicou que é uma iniciativa do  
20 Conselho Federal de Economia, que tem representantes diversos como CNBB -  
21 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CUT - Central Única dos Trabalhadores,  
22 sindicatos, e vem trabalhando principalmente com a discussão da economia do país, sobre  
23 formas de reduzir a desigualdade social. Contou que há dois meses foi proposto nesse  
24 grupo uma ação de maior visibilidade, com a organização de um seminário que contém  
25 alguns eixos, sendo um deles a educação, por proposta da Conselheira Regina Lúcia  
26 Sucupira Pedroza, que por sua vez foi convidada para compor um Grupo de Trabalho sobre  
27 o assunto. Regina Lúcia Sucupira Pedroza informou que há outro grupo de trabalho,  
28 referente a outro eixo, que tem uma proposta de construção de carta aos presidentes, da  
29 qual ela também participou. Na ocasião, surgiu a ideia de Paulo Maldos ser palestrante  
30 sobre educação no seminário que será realizado, sob organização do Fórum Nacional pela

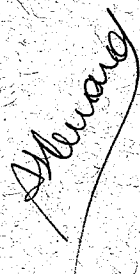
31 Redução da Desigualdade Social. Perguntou se deve dar continuidade ao trabalho. Não  
32 houve nenhum óbice à participação do CFP no Fórum e à continuidade de Regina Lúcia  
33 Sucupira Pedroza como representante. 3. AVALIAÇÃO SEMINÁRIOS PSICOLOGIA E  
34 POLÍTICAS PÚBLICAS / CREPOP: Marisa Helena Alves informou que foi concluída a  
35 etapa de seminários nacionais do Crepop, que este ano foi feito de forma descentralizada,  
36 nas regiões. Houve o total de 881 (oitocentos e oitenta e um) participantes presenciais nas 5  
37 (cinco) etapas. Marisa Helena Alves informou que a transmissão online teve o alcance de  
38 2.054 (dois mil e cinquenta e quatro) compartilhamentos nas redes sociais; 3.712 (três mil  
39 setecentos e doze) curtidas e 782 (setecentos e oitenta e dois) comentários. Foi informado  
40 também que mais de 50.000 (cinquenta mil) pessoas assistiram as transmissões via  
41 *Facebook* e *Youtube*. 4. SEMINÁRIO DE SAÚDE MENTAL PREPARATÓRIO DA 16ª  
42 CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2018: Marisa  
43 Helena Alves informou que o CFP possui a presidência da Comissão Intersetorial de Saúde  
44 Mental do Conselho Nacional de Saúde (CISM/CNS), e, em preparação à 16ª (décima  
45 sexta) Conferência Nacional de Saúde, será feito um seminário em Brasília para articular e  
46 fortalecer o campo da saúde mental. O evento está organizado em eixos. Os interessados  
47 devem se inscrever para o seminário, a se realizar em 19 (dezenove) e 20 (vinte) de  
48 novembro, mas o período de inscrições ainda não está aberto. O evento foi inicialmente  
49 proposto para 150 (cento e cinquenta) participantes, e foi ampliado para 200 (duzentos),  
50 assim, é possível garantir algumas vagas para o CFP, CRPs e convidados. O produto do  
51 seminário será encaminhado para a Conferência mencionada. 4. CONSELHO  
52 DELIBERATIVO DA ULAPSI - PARTICIPAÇÃO DE ÍNEA ARIOLI (CFP-  
53 ULAPSI/BRASIL): Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou que Ínea Arioli foi eleita  
54 Secretária Geral da ULAPSI, e, por isso, termina a representação dela como CFP na Ulapsi  
55 Brasil. Ínea Arioli enviou um relatório para a plenária do CFP, o qual foi apreciado. Foi  
56 deliberado que o ponto "participação do CFP na Ulapsi Brasil" deve ser pautado para  
57 discussão na próxima plenária. 5. AVALIAÇÃO DE CURSO DE PSICOLOGIA A  
58 DISTÂNCIA: Iolete Ribeiro da Silva informou que uma avaliadora de cursos de graduação  
59 do MEC – Ministério da Educação contou que existe uma proposta de curso de Psicologia à  
60 distância (modalidade EAD) e pediu subsídios para que ela possa negar a solicitação. A



2



9



61 avaliadora informou que já solicitou subsídios ao CFP, mas recebeu apenas o caderno sobre  
62 as diretrizes curriculares e acha que esse material não é suficiente. Iolete Ribeiro da Silva  
63 informou que já realizou pesquisa no site do CFP e não localizou nenhum documento de  
64 subsídio. Marisa Helena Alves lembrou que o CNS – Conselho Nacional de Saúde tem  
65 posicionamento contrário aos cursos a distância. Jureuda Duarte Guerra informou que a  
66 CRTS – Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde também tem material sobre o  
67 assunto. Ficou encaminhado que todos que têm material sobre o assunto devem enviar para  
68 Iolete Riberio da Silva. Ficou encaminhado também que o CFP deve solicitar à Abep o  
69 envio de subsídios sobre o tema. 6. FRENTE NACIONAL DE DROGAS E DIREITOS  
70 HUMANOS: Paulo Aguiar informou que hoje foi realizada reunião telefônica para retomar  
71 a frente e farão um encontro presencial no evento de consultórios de rua que acontecerá em  
72 Salvador. 7. CNDM - CONSELHEIRAS EMÉRITAS E DE NOTÓRIO  
73 CONHECIMENTO: Jureuda Duarte Guerra informou que o CNDM – Conselho Nacional  
74 de Direitos das Mulheres recebeu indicações de conselheiras eméritas de notório  
75 conhecimento, mas não houve tempo para consulta ao plenário do CFP. Foram informados  
76 os nomes indicados. A votação aconteceu no dia 30 (trinta) de agosto, mas os nomes mais  
77 votados ainda não foram divulgados. Jureuda Duarte Guerra destacou que tem sido muito  
78 truculenta, de muita retaliação, a relação do governo com as conselheiras da sociedade  
79 civil. Apesar disso, houve uma votação de unanimidade pela primeira vez no CNDM,  
80 relativa a uma carta aos presidentiáveis, que se coloca a favor da legalização do aborto. 8.  
81 CONVOCAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PARA TRABALHAR NA PLENÁRIA: Miraci  
82 Mendes – Coordenadora Geral do CFP informou que o Conselho reduziu a jornada de  
83 trabalho para 35 (trinta e cinco) horas, no entanto, o CFP tem realizado muitos eventos,  
84 assim, é necessário que se pense em uma solução para não aumentar a quantidade de horas-  
85 extra das equipes da casa. Ela lembrou que, de acordo com a CLT – Consolidação das Leis  
86 do Trabalho, os funcionários podem fazer até 2 (duas) horas extras por dia. Assim, pediu  
87 um esforço para que, ao marcar reuniões, os conselheiros tenham o cuidado de garantir que  
88 não extrapole o horário daquele profissional que está acompanhando a pauta. 9.  
89 RESOLUÇÃO CFP N 01/1999: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou que o CFP  
90 entrou hoje com um pedido de revisão da decisão liminar do juiz federal Waldemar Cláudio

*Jureuda*  
*Guerra*

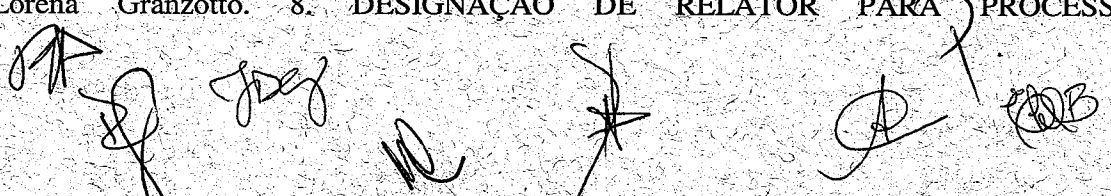

*D*

*2*

*Luoro*

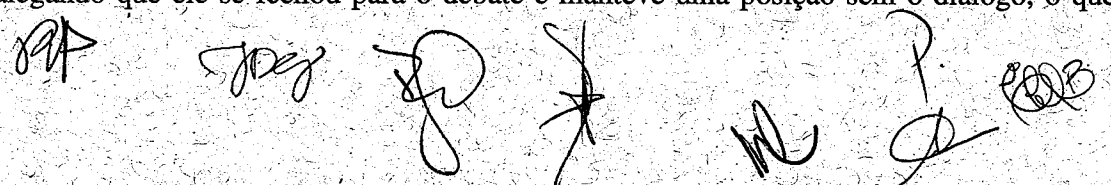
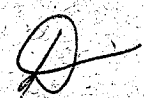
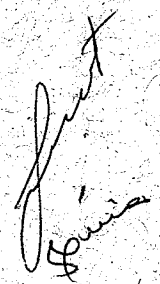
*[Handwritten signatures and initials]*

91 de Carvalho, a partir de uma sólida argumentação que foi construída nos últimos meses por  
92 um renomado jurista. Destacou que há grande probabilidade de obtenção de êxito. Ana  
93 Sandra Arcoverde Nobrega acrescentou que a mudança de estratégia se deu após reunião  
94 realizada entre a diretoria do CFP e a Ministra Câmem Lúcia, a pedido do STF – Supremo  
95 Tribunal Federal. PONTOS DE PAUTA: 1. ATAS DA 20ª PLENÁRIA: as atas dos dias 20  
96 (vinte) e 21 (vinte e um) de julho foram aprovadas por unanimidade. 2. PLANEJAMENTO  
97 ESTRATÉGICO DO CFP: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou que é preciso fazer  
98 um seminário para avaliar o que já foi encaminhado do planejamento estratégico do CFP.  
99 Consultou sobre a possibilidade de realização do evento nos dias 21 (vinte e um) e 22 (vinte  
100 e dois) de setembro. Foi feita breve consulta na plenária e ficou definida a data de 22 (vinte  
101 e dois) e 23 (vinte e três) de setembro, com reunião de diretoria no dia 21 (vinte e um) de  
102 setembro. A equipe do CFP deverá consultar os conselheiros ausentes nesta plenária para  
103 saber se podem vir nessa data. 3. DESIGNAÇÃO DE RELATORIA DOS PDES DE  
104 OUTUBRO: Foram definidos os relatores, para os processos a seguir: para o processo  
105 576600020.000639/2018-65, do CRP-07/RS, foi definida a relatora Cleia Oliveira Cunha.  
106 Para o processo 576600020.001532/2018-34, do CRP-01/DF, foi definida a relatora Maria  
107 Márcia Badaró Bandeira. Para o processo 576600020.000912/2018-51, do CRP-05/RJ, foi  
108 definida a relatora Iolete Ribeiro da Silva. Para o processo 576600020.001018/2018-07, do  
109 CRP-08/PR, foi definida a relatora Sandra Elena Spósito. Para o processo  
110 576600020.001019/2018-43, do CRP-08/PR, foi definida a relatora Sandra Spósito. Para o  
111 processo 576600020.001083/2018-24, do CRP-04/MG, foi definida a relatora Daniela  
112 Sacramento Zanini. 4. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
113 ADMINISTRATIVO CRP 08 PROCESSO 017/2018/: foi escolhida a Conselheira Jureuda  
114 Duarte Guerra. 5. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
115 ADMINISTRATIVO CRP 08 PROCESSO 011/2018: foi escolhida a Conselheira Marisa  
116 Helena Alves. 6. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
117 ADMINISTRATIVO - CRP 08 PROCESSO 022/2018: foi escolhida a Conselheira Jureuda  
118 Duarte Guerra. 7. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
119 ADMINISTRATIVO - CRP 08 PROCESSO 027/2018: foi escolhida a Conselheira Rosane  
120 Lorena Granzotto. 8. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO





121 ADMINISTRATIVO CRP 08 PROCESSO 023/2018: foi escolhida a Conselheira Iolete  
122 Ribeiro da Silva. 9. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
123 ADMINISTRATIVO CRP 05 PROCESSO 1495/2018: foi escolhida a Conselheira Iolete  
124 Ribeiro da Silva. 10. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
125 ADMINISTRATIVO CRP 06 PROCESSO 11367-17: foi escolhida a Conselheira Marisa  
126 Helena Alves. 11. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
127 ADMINISTRATIVO CRP 16 PROCESSO 922/2017: foi escolhida a Conselheira Rosane  
128 Lorena Granzotto. 12. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
129 ADMINISTRATIVO - CRP 16 PROCESSO 175/2018: foi escolhida a Conselheira Jureuda  
130 Duarte Guerra. 13. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
131 ADMINISTRATIVO CRP 16 216/2018: foi escolhido o Conselheiro Paulo Roberto  
132 Martins Maldos. 14. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO  
133 ADMINISTRATIVO CRP 16 216/2018: foi escolhido o Conselheiro Paulo Roberto  
134 Martins Maldos. 15. CONANDA - PROCESSO ELEITORAL - BIÊNIO 2019-2020: Iolete  
135 Ribeiro da Silva informou que é preciso definir se o CFP participará do processo eleitoral.  
136 Foi deliberado que o CFP concorrerá com candidatura da Conselheira Iolete Ribeiro da  
137 Silva. 16. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - ESCUTA ESPECIAL: Iolete Ribeiro da  
138 Silva informou que esteve em uma audiência no CNJ – Conselho Nacional de Justiça, da  
139 qual participaram também pessoas ligadas ao TJ/SP – Tribunal de Justiça de São Paulo, em  
140 que o CFP fez a defesa do posicionamento contrário ao depoimento especial, expondo os  
141 motivos disso. Na ocasião, a liminar que havia sido apresentada foi negada, mas a decisão  
142 final ainda não foi tomada, de modo que o Tribunal poderá continuar exigindo que  
143 psicólogos realizem esse tipo de depoimento enquanto não sai a decisão final. Não há prazo  
144 para decisão do CNJ. Foi sugerida a realização de audiências públicas sobre o assunto, mas  
145 isso foi negado. O relator responsável informou que irá ouvir outras pessoas e instituições.  
146 Iolete Ribeiro da Silva destacou que a fala do corregedor do TJ/SP é no sentido de que não  
147 dispensam os profissionais da Psicologia dessa tarefa. Já o Serviço Social, não é tão  
148 mencionado. Iolete Ribeiro da Silva informou que a psicóloga do TJ/SP responsável pela  
149 implementação do programa não usou nenhum argumento técnico e apenas critica o CFP,  
150 alegando que ele se fechou para o debate e manteve uma posição sem o diálogo, o que é



151 uma afirmação falsa, pois o CFP sempre manteve o diálogo aberto, inclusive esteve em  
152 atividades debatendo com a *Childhood* a maior apoiadora do procedimento do depoimento  
153 especial. Iolete Ribeiro da Silva contou que a proposta conciliatória apresentada pelo TJ/SP  
154 seria de não se colher apenas o depoimento, mas contar também com o laudo psicológico,  
155 entretanto, sabe-se que o número de profissionais dos tribunais não é suficiente para fazer  
156 tudo isso. Há pressão para o cumprimento da lei publicada e implementação do  
157 procedimento para atender o maior número de pessoas, o mais rápido possível. A  
158 associação que moveu a ação não concordou com a proposta conciliatória, assim, a decisão  
159 final está nas mãos do Conselheiro Valtércio de Oliveira. Agora o CFP deve aguardar a  
160 decisão final dele, correndo o risco de a decisão ser favorável à demanda do TJ/SP e es  
161 mesma medida se espalhar para todos os TJs do país. Desse modo, se o psicólogo se negar  
162 a fazer essa prática, ele corre o risco de ser responsabilizado. Iolete Ribeiro Silva falou da  
163 necessidade de se pensar sobre a relação com a ABPJ – Associação Brasileira de Psicologia  
164 Jurídica, e informou que os Conselhos Regionais de Psicologia da oitava região emitiu uma  
165 nota, que apesar de afirmar o respeito à nota técnica da APAF, que orienta sobre a  
166 realização do depoimento como uma prática do psicólogo. O Conselho da sétima região  
167 também publicou um vídeo que critica o CFP por entender que ele faz uso político do tema.  
168 Fabián Javier Marin Rueda sugeriu mudança de estratégia em relação à ABPJ, a partir de  
169 convite para o diálogo com ex-presidentes da entidade. Ele informou que na reunião do  
170 FENPB – Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira foi criado um grupo de  
171 trabalho para a produção de documentos sobre esse tema, e sugeriu o convite a especialistas  
172 para auxiliar na construção do documento. Foi indicada também a proposta de realização de  
173 uma reunião presencial no CFP, para produzir documentos sobre a escuta e interpretação da  
174 lei. Iolete Ribeiro da Silva destacou que o CFP foi convidado para uma reunião do COPEI  
175 no dia cinco de setembro em Fortaleza, mas não se sabe a intenção dessa reunião, havendo  
176 suspeita de que seja para a regulamentação de um fluxo sobre a escuta especializada pelo  
177 Ministério Público. O CFESS – Conselho Federal de Serviço Social também foi convidado  
178 para essa reunião, mas parece que o Ministério Público não aceitou a pessoa indicada pelo  
179 CFESS, porque ela não era conselheira e era servidora do Ministério Público. Fabián Javier  
180 Marin Rueda sugeriu diálogo com Monalisa Muniz, se colocou à disposição, bem como a

*Iolete Ribeiro da Silva*  
*D*

*JRP*

*JRP*

*JRP*

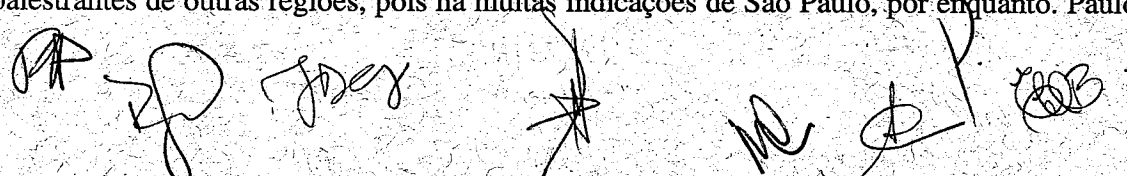
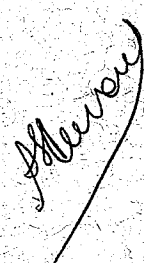
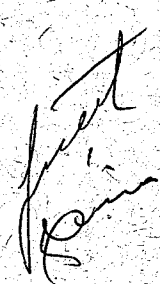
*JRP*

*M. Rueda*

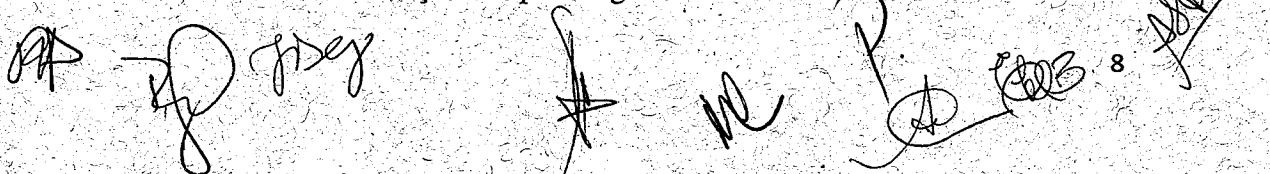
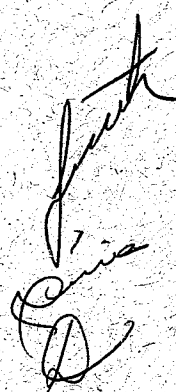
*M. Rueda*

*Monalisa Muniz*

181 Daniela Sacramento Zanini, para auxiliar na tarefa de construção de subsídios, haja vista a  
182 relação do assunto com a avaliação psicológica. As sugestões colocadas foram aprovadas.  
183 17. DIÁLOGO DIGITAL SOBRE PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR  
184 E COMUNITÁRIA - Cleia Oliveira Cunha informou que a realização do diálogo digital é  
185 uma ótima oportunidade para colocar o Plano Nacional de Convivência Familiar e  
186 Comunitária em evidência. A sugestão de data é dia 27 (vinte e sete) de setembro. Iolete  
187 Ribeiro da Silva lembrou que essa temática inclui debates sobre adoção, alienação parental  
188 e guarda compartilhada. A indicação de realização do evento foi uma iniciativa dos  
189 representantes da sociedade civil integrantes do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e  
190 do Adolescente (FNDCA) para pressionar o governo para atualizar o plano. A ideia é  
191 realizar o evento nessa data porque todos os Fóruns DCA irão acompanhar e a sociedade  
192 civil estará mobilizada para a reunião do Conanda - Conselho Nacional de Direitos da  
193 Criança e do Adolescente. A proposta foi aprovada. A equipe de comunicação do CFP  
194 alertou que haverá outro diálogo digital no CFP no dia 25 (vinte e cinco), de modo que a  
195 publicidade dos eventos poderá ficar prejudicada. Foi avaliado que isso não será problema,  
196 pois este diálogo tem um público específico, já mobilizado. Ficou mantida a data proposta.  
197 18. NOTA - A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL  
198 NO CUIDADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - Iolete Ribeiro da Silva informou que esse  
199 documento refere-se à Lei do Risco Psíquico e que o momento para realizar essa discussão  
200 já passou. Foi construída uma nota interessante, especialmente para mães de crianças  
201 autistas, mas, avalia-se que é melhor não publicá-la, para não reascender o debate. No  
202 entanto, foi encaminhado que o CFP poderá usar a nota como subsídio para responder  
203 questões que eventualmente cheguem via Ouvidoria ou outros canais. 19. SEMINÁRIO  
204 NACIONAL SOBRE ADOÇÃO: Iolete Ribeiro da Silva informou que a realização do  
205 evento já foi aprovada pelo CFP, no entanto, a data não havia sido definida, tendo agora a  
206 indicação de 30 (trinta) de novembro e 1 (primeiro) de dezembro. A programação foi  
207 apresentada. Iolete Ribeiro da Silva falou da importância de participação dos CRPs no  
208 evento, pois a regulamentação da adoção tem passado por mudanças e os Conselhos  
209 Regionais precisam se apropriar de forma crítica sobre o tema. Pediu indicações de  
210 palestrantes de outras regiões, pois há muitas indicações de São Paulo, por enquanto. Paulo



211 José Barroso de Aguiar Pessoa indicou Edilene Queiroz, que participa de um grupo de  
212 pesquisa em Recife, o Serviço de Orientação a Filiação Adotiva - SOFIA. Pedro Paulo  
213 Gastalho de Bicalho informou que nessa data estará acontecendo no CFP a reunião nacional  
214 do Crepop, e ficou combinado que a data para o evento sobre adoção será revista. Ele  
215 lembrou também que no dia seguinte a plenária do CFP irá se debruçar sobre questões de  
216 orçamento e acredita que o debate de um ponto pode impactar no do outro, por isso, seria  
217 necessário aguardar a discussão sobre o orçamento antes de qualquer definição. Iolete  
218 Ribeiro da Silva lembrou que a primeira proposta do evento era para um diálogo digital,  
219 mas a própria plenária decidiu que deveria ser um seminário presencial. 20. ALIENAÇÃO  
220 PARENTAL: Iolete Ribeiro da Silva informou que o PL 10.712-2018, da deputada Soraya  
221 Santos, propõe alteração da lei sobre alienação parental. Explicou que há um grupo de mães  
222 que perderam a guarda dos filhos, por serem consideradas alienadoras, e que ganhou o  
223 apoio de grupos feministas, alegam que a lei de alienação parental serviu para punir  
224 mulheres. Esse grupo de mães foi ao Conanda, ao Congresso Nacional e outros espaços. O  
225 Conanda produziu uma nota de posicionamento defendendo a revogação da lei, além de  
226 apontar possíveis alterações. Com isso, o CFP foi convidado a participar de um grupo que  
227 tem se reunido na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Esse trabalho tem uma  
228 demanda muito grande, que envolve reuniões semanais. O CFP já participou de duas  
229 reuniões, e em uma delas Iolete Ribeiro da Silva foi representando o Conanda. De forma  
230 geral, todos os presentes nas reuniões reconhecem que a lei é ruim e precisa ser revogada.  
231 Mas as assessoras da deputada informam que é difícil conseguir isso este ano por conta das  
232 eleições. Iolete Ribeiro da Silva avaliou que há neste grupo algumas propostas  
233 preocupantes que impactam a atuação do profissional de psicologia, como, por exemplo, o  
234 estabelecimento do prazo de 10 (dez) dias para a elaboração de um laudo psicológico. Ela  
235 destacou que na queixa das mães há muita reclamação dos laudos psicológicos, porque são  
236 realizados sem contato com as mães e geram a perda da guarda. Iolete Ribeiro da Silva  
237 pediu alguns encaminhamentos para além da participação no grupo sobre a discussão da lei  
238 e sugeriu o nome de Analícia Martinsara para representar o CFP neste grupo e auxiliar em  
239 diversas pautas relacionadas, lembrando que o CFP precisa, por determinação da Apaf,  
240 construir um documento de orientação aos psicólogos sobre o tema. Iolete Ribeiro da Silva





241 e Cleia Oliveira Cunha auxiliarão na tarefa. Iolete Ribeiro da Silva destacou que é preciso  
242 também munir de subsídios o analista Rafael Taniguchi do CFP para elaborar parecer a  
243 respeito do PL. Foram indicados os nomes de Andrea Esmeraldo Camara, Fabián Javier  
244 Marin Rueda, Daniela Sacramento Zanini e Jureuda Duarte Guerra para contribuição. O  
245 Plenário lembrou que Clarissa Paranhos Guedes tinha informado que um grupo do Crepop  
246 também pode contribuir com essa pauta. A plenária foi encerrada às vinte horas e ficou  
247 combinado que no dia seguinte a reunião se iniciará às nove horas. Esta ata foi lavrada por  
248 mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada  
249 por todos os presentes acima nomeados e referenciados.  
250

Muritiba



Batista

Jureuda Duarte Guerra





Mala

Luís Osseff

Luís Zenaide de Paula



